

BELGRÁVIA SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

BELGRÁVIA SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas
Belgrávia Serviços e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Belgrávia Serviços e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Belgrávia Serviços e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Liquidez financeira da Companhia

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2022, excesso de passivos sobre os ativos totais (exceto investimentos) no montante de R\$ 1.629.365 (2021 - R\$ 1.645.629) e capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 6.525 (2021 - R\$ 5.756), decorrente de saldo com sociedades do Grupo e obrigações com tributos. Essas obrigações não estão sujeitas à saída de recursos no curto prazo e serão liquidadas nos próximos exercícios por meio das operações em que a Companhia atua. Adicionalmente, sua controladora possui capacidade financeira suficiente para prover, caso necessário, o suporte financeiro para que a Companhia liquide as referidas obrigações.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1



Celso Luiz da Costa Lobo
Contador CRC 1 SP 251526/O-6

Belgrávia Serviços e Participações S.A.

Balanço patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo e passivo a descoberto			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		111	125	Fornecedores		45	33
Tributos a recuperar		1.151	1.146	Impostos e taxas	7	7.742	6.994
		<u>1.262</u>	<u>1.271</u>			<u>7.787</u>	<u>7.027</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Sociedades do grupo	6 (a)	1.623.402	1.612.724
Sociedades do grupo	6 (a)	6.221	6.221	Provisão para passivo a descoberto	5 (b)	1.146	1.225
		<u>6.221</u>	<u>6.221</u>	Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis	8		21.074
				Impostos e taxas	7	4.513	11.071
						<u>1.629.061</u>	<u>1.646.094</u>
Investimentos	5 (b)	606.638	616.891	Passivo a descoberto			
		<u>612.859</u>	<u>623.112</u>	Capital social	9 (a)	867.824	867.824
				Transações de capital	9 (d)	2.252.170	2.252.170
				Ajuste de avaliação patrimonial	9 (b)	(927.243)	(873.488)
				Prejuízos acumulados		(3.215.478)	(3.275.244)
						<u>(1.022.727)</u>	<u>(1.028.738)</u>
Total do ativo		<u>614.121</u>	<u>624.383</u>	Total do passivo e passivo a descoberto		<u>614.121</u>	<u>624.383</u>

Belgrávia Serviços e Participações S.A.
 Demonstrações dos resultados
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2022	2021
Operações continuadas			
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	10	20.976	(382)
Lucro (prejuízo) bruto		20.976	(382)
Resultado das participações societárias			
Realização de ajuste acumulado de conversão	9 (b)		6.652
Equivalência patrimonial	5 (b)	49.198	(175.985)
Lucro (prejuízo) operacional		70.174	(169.715)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro, líquido	11	(10.398)	(7.157)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		59.776	(176.872)
Imposto de renda e contribuição social	12	(10)	2.876
Lucro (prejuízo) do exercício		59.766	(173.996)
Lucro (prejuízo) básico por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas no final do exercício (expresso em R\$ por ação)	9 (c)	0,299	(0,871)

Belgrávia Serviços e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Lucro (Prejuízo) do exercício		59.766	(173.996)
Outros resultados abrangentes:			
Itens que posteriormente transitarão pelo resultado:			
Realização de ajuste acumulado de conversão	9 (b)		(6.652)
Variação cambial de investidas no exterior	9 (b)	(59.177)	(79.745)
Ajuste de variação cambial com investimentos líquido no exterior		5.422	(6.001)
Total do resultado abrangente do exercício		<u>6.011</u>	<u>(266.394)</u>

Belgrávia Serviços e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Transações de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do passivo a descoberto
Em 1º de janeiro de 2021		867.824		(781.090)	(3.101.248)	(3.014.514)
Total do resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo do exercício (R\$ 0,871) por ação do capital social					(173.996)	(173.996)
Realização de ajuste acumulado de conversão	9 (b)			(6.652)		(6.652)
Outros resultados abrangentes	9 (b)			(85.746)		(85.746)
Total do resultado abrangente do exercício				(92.398)	(173.996)	(266.394)
Transações de capital com os sócios:						
Outras movimentações de transações de capital	9 (d)		2.252.170			2.252.170
Em 31 de dezembro de 2021		867.824	2.252.170	(873.488)	(3.275.244)	(1.028.738)
Total do resultado abrangente do exercício:						
Lucro do exercício R\$ 0,299 por ação do capital social					59.766	59.766
Outros resultados abrangentes	9 (b)			(53.755)		(53.755)
Total do resultado abrangente do exercício				(53.755)	59.766	6.011
Em 31 de dezembro de 2022		867.824	2.252.170	(927.243)	(3.215.478)	(1.022.727)

Belgrávia Serviços e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		59.776	(176.872)
Ajustes:			
Equivalência patrimonial	5 (b)	(49.198)	175.985
Provisão (reversão) para contingências	8	(21.074)	291
Realização de ajuste acumulado de conversão	9 (b)		(6.652)
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos		8.885	6.365
Caixa aplicado nas operações		(1.611)	(883)
Variação nos ativos e passivos:			
Tributos a recuperar		(5)	138
Fornecedores		12	33
Impostos e taxas		(5.820)	(11.224)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(7.424)	(11.936)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao investimento		(57)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(57)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Partes relacionadas			
Recursos recebidos		7.467	11.950
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		7.467	11.950
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(14)	14
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		125	111
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		111	125

Belgrávia Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Belgrávia Serviços e Participações S.A. ("Belgrávia" ou "Companhia"), é uma entidade de capital fechado e parte integrante do Grupo Novonor ("Grupo Novonor"), com sede em São Paulo, cuja controladora direta é a CNO S.A. ("CNO") e indireta a OEC S.A. ("OECSA"). A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. Das Nações Unidas, 14.401 – Parque da Cidade – Chácara Santo Antonio, São Paulo.

A Companhia tem por objeto social a participação como sócia, acionista ou quotista, no capital de sociedades que possuam objetos sociais iguais ou diferentes do seu; a prestação de serviços administrativos, técnicos, pesquisa, planejamento e consultoria; o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários incluindo a elaboração de projetos, as respectivas divulgações publicitárias e as operações de comercialização de unidades residenciais e/ou comerciais, a execução dos serviços necessários e obras de construção civil e engenharia pesada dentro de todo o território nacional.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava excesso de passivos sobre os ativos totais (exceto investimentos) no montante de R\$ 1.628.219 (2021 – R\$ 1.644.404) e capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 6.525 (2021 – R\$ 5.756), decorrentes de saldo com Sociedades do Grupo e obrigações com tributos. Essas obrigações não estão sujeitas a saída de recursos no curto prazo e serão liquidadas nos próximos exercícios através das operações em que a Companhia atua. A OECSA possui capacidade financeira suficiente e proverá, caso necessário, o suporte financeiro para que a Companhia cumpra suas obrigações operacionais e financeiras, a fim de manter sua atividade operacional.

As presentes demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de abril de 2023.

(a) Programa de Integridade

O Grupo OEC ("Grupo") possui compromisso de continuamente atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança, com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas do Grupo, zelando pela conduta baseada em princípios e valores éticos.

Várias iniciativas relacionadas a melhorias de controles de processos financeiros, tais como diretrizes e novos processos operacionais, foram implementadas com o objetivo de proporcionar maior segurança empresarial ao Grupo. Novos indicadores e metas de integridade e controles financeiros foram definidos e estão sendo aplicados na avaliação de desempenho dos executivos do Grupo.

O Programa de Integridade da OEC segue padrões típicos de empresas de capital aberto, com governança exercida por meio de um conselho de administração com participação de no mínimo 20% de conselheiros independentes. Em janeiro de 2023 houve eleição para o CA-OEC e a participação de independentes é de 50%. O acompanhamento e supervisão do programa é realizado continuamente no âmbito do Comitê de Integridade e Auditoria do Conselho de Administração, no qual se requer maioria de conselheiros independentes, sendo coordenado por um destes.

O Programa de Integridade da OEC conta com todos os pilares fundamentais de um programa efetivo de Compliance: (i) independência e autonomia das áreas de integridade e de auditoria interna; (ii) políticas e diretrizes bem definidas, amplamente comunicadas, com treinamentos recorrentes aos integrantes; (iii) análises regulares de riscos que orientam as ações e concentrações do programa; (iv) processos de due diligence de terceiros e de integrantes regularmente implementados; (v) canais de denúncias disponíveis em todas as operações, com independência e imparcialidade na condução de investigações internas; (vi) monitoramento contínuo de riscos e controles, com indicadores objetivos para mensurar desempenho e efetividade; e (vii) remediações aplicadas quando da constatação de desvios.

Belgrávia Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os controles internos implementados no Grupo foram amplamente testados e aprimorados nos últimos 6 anos, incluindo múltiplas instâncias de monitoramento independente. Em novembro de 2020, o Programa de Integridade foi atestado por monitores independentes apontados pelo Departamento de Justiça Americano (DoJ) e pelo Ministério Público Federal do Brasil. Em 2021, passou por novo ciclo de revisão independente no âmbito dos acordos firmados com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O relatório entregue pelos monitores aos dois bancos no final de 2021 não só reforçou as conclusões exitosas do monitoramento do acordo com o DoJ, mas também atestou que o Programa de Integridade da OEC atende a todas as diretrizes de Compliance do Banco Mundial e do BID. Em março de 2022 a CGU encerrou o monitoramento ostensivo do Programa de Integridade da OEC, atestando que a Empresa cumpriu com todos os compromissos assumidos em relação à temática de Integridade do Acordo de Leniência firmado com CGU/AGU em 2018.

Pode-se destacar algumas métricas alcançadas em 2022 no Programa de Integridade da OEC: (i) foram analisados 9.502 processos de due diligence de fornecedores; (ii) cumprimentos do Plano Anual de Treinamento aprovado pelo Conselho de Administração atingindo um índice de conclusão de 99% dos treinamentos do grupo meta definido; (iii) 154 relatos recebidos no canal de denúncias foram investigados de maneira independente pela área de Integridade gerando 44 ações de remediação, entre as quais, 15 demissões, 11 advertências verbais ou escritas aplicadas, 04 restrição ao fornecedor, 07 ações de treinamento/ comunicação, 05 melhorias de processo e 02 de cumprimento de obrigações; (iv) no monitoramento contínuo de Compliance, foram abertas 896 ações para teste e verificação de processos, 659 registros de terceiros tiveram seus processos de contratação revisados em relação a requisitos de integridade, 29 processos de contratação ou promoção de integrantes revisados para verificação de atendimento aos requisitos de avaliação de integridade e 274 processos de contratação revisados para averiguação de potenciais conflitos de interesse reportados.

Por fim, vale ressaltar que o Programa Global de Integridade da OEC está certificado na ISO 37001:2017 Sistema de Gestão Antissuborno com validade até abril de 2024, tendo passado por auditoria externa de um organismo certificador internacional credenciado, e, em dezembro de 2022, a Empresa recebeu o selo Infra+ Integridade do Ministério da Infraestrutura, em reconhecimento a adoção de boas práticas de governança, compreendendo integridade, ética, transparência, conformidade, responsabilidade social, sustentabilidade e prevenção à fraude e à corrupção.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2021, exceto pelas normas e alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme abaixo:

Revisadas e vigentes

- Alteração ao IFRS 3 (CPC 15(R1)), Referência à Estrutura Conceitual – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 16 (CPC 27), Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 37 (CPC 25), Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

- Alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41 (CPC 27(R1), CPC 43(R1), CPC 48, CPC 06(R2) e CPC 29, respectivamente), Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020 – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram os pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Belgrávia Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG mediante resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os quais estão convergidos com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo dos ativos e passivos.

A preparação dessas demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Não foram identificadas pela administração áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade.

A Companhia não apresenta demonstrações financeiras consolidadas, conforme permitido pelo CPC 36 (R3) "Demonstrações Consolidadas", por ser uma subsidiária integral da CNO, que apresenta demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e seus controladores não requerem que a Companhia prepare demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, e estão sendo apresentadas em milhares de Reais.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Investidas da Companhia

Os resultados e a posição financeira das controladas e coligadas, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os saldos de investimentos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) Os resultados de equivalência são convertidos pelas taxas médias de câmbio dos respectivos períodos; e
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

Quando uma operação no exterior é parcialmente ou integralmente alienada, vendida ou incorporada, as correspondentes diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado, como parte de ganho ou perda resultante da venda.

Belgrávia Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Partes relacionadas

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo estão regidos por instrumento contratual “Contrato de Mútuo” e “contrato de conta corrente e gestão de caixa único”, firmado entre a Companhia e suas controladas e empresas do Grupo. A natureza das operações é de repasses de recursos, cessões de créditos e assunções de obrigações e não há incidência de encargos financeiros.

2.5 Investimentos em controladas e coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em controladas (sociedades nas quais a Companhia possui controle direto ou indireto da investidora) e coligadas (sociedades nas quais a Companhia tem influência significativa na administração) são, inicialmente, registrados pelo valor de custo e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas controladas e coligadas são reconhecidas na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. No caso de variação cambial de investimentos em coligadas e controladas no exterior, as variações no valor do investimento são apresentadas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido da Companhia, mensurados conforme descrito na Nota 2.3 e demonstrado na Nota 5 (b). Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

As provisões para perdas nos investimentos em sociedades controladas são constituídas sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades e classificadas no passivo não circulante, em contrapartida do resultado do exercício. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas de fazer pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Belgrávia Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reestruturação societária envolvendo entidades sob controle comum

Para as situações de reestruturações societárias em que o controlador final antes e depois da transação permanece o mesmo, a Administração elegeu o custo precedente como a prática contábil, por entender que representa melhor a transação ocorrida e fornece uma informação de maior relevância.

A política contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma participação societária entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência.

Para valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes, relativos à entidade controlada, cuja participação foi reestruturada entre controladas ou então de uma controlada com sua controladora, deverá manter-se no patrimônio líquido da Companhia, até o momento da efetiva realização da participação societária que enseja a perda de controle para o grupo econômico que a entidade pertence.

2.6 Imposto sobre a renda e contribuição social correntes

As despesas de impostos sobre a renda, as quais abrangem o imposto sobre a renda devido pelas sucursais/subsidiárias no exterior e, no caso do Brasil, também a contribuição social sobre o lucro líquido, compreendem os tributos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto é reconhecido, respectivamente, no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de impostos sobre a renda correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço dos países em que as controladas e coligadas da Companhia atuam e geram lucro tributável.

No Brasil, as alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

2.7 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente que é resultado de eventos passados, sendo provável uma saída de recursos necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são atualizadas monetariamente até o final do período de relatório para cobrir perdas prováveis, com base na natureza do risco e na opinião dos consultores jurídicos da Companhia.

2.8 Capital Social

O investimento efetuado na Companhia pelos acionistas é representado pelo Capital Social. Este abrange não somente as parcelas entregues pelos acionistas como também os valores obtidos pela Companhia e que, por decisões dos acionistas, foram incorporados ao Capital Social, representando uma espécie de investimento derivado da renúncia a sua distribuição na forma de dividendos.

Belgrávia Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido, como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

2.9 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis

Revisadas e não vigentes

- Nova Norma IFRS 17 (CPC 50), Contratos de Seguros – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alterações à IFRS 10 e IAS 28 (CPC 36(R3) e CPC 18(R2)) respectivamente), Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture* – vigência não definida.

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Divulgação de políticas contábeis – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 8 (CPC 23), Definição de estimativas contábeis – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 12 (CPC 32), Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (*"single transaction"*) – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas e apresentam risco significativo para as demonstrações financeiras, estão contempladas abaixo:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros e outras fontes de receita.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais os prejuízos possam ser utilizados.

(b) Mensuração do Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

Belgrávia Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia usa seu melhor julgamento para escolher o método de avaliação e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(c) Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis

Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e cujos valores são estimáveis com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

4 Instrumentos financeiros por categoria

	Custo amortizado	
	31 dezembro de 2022	31 dezembro de 2021
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	111	125
Partes relacionadas	<u>6.221</u>	<u>6.221</u>
	<u>6.332</u>	<u>6.346</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	45	33
Partes relacionadas	<u>1.623.402</u>	<u>1.612.724</u>
	<u>1.623.447</u>	<u>1.612.757</u>

Belgrávia Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Investimentos

(a) Informações sobre as investidas

	Quantidade de ações ou cotas possuídas		Participação (%)		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
	31 de dezembro de	31 de dezembro de	31 de dezembro de	31 de dezembro de	31 de dezembro de	31 de dezembro de	31 de dezembro de	31 de dezembro de
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Multitrade S.A. ("Multitrade")	22.509.915.937	22.198.643.130	100%	100%	10.850	10.757	37	(62)
Tenenge Overseas Corporation ("TOC")	26.441.532	26.441.532	100%	100%	595.788	606.134	49.161	(175.923)
Odebrecht Industrial Engineering America ("OIEAM")	100	100	100%	100%	(1.146)	(1.225)		
NSP Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial ("NSPInv") (i)	816.671.285	816.671.285	41,47%	41,47%	(7.977.753)	(6.654.766)	(1.642.870)	3.873.805

- (i) A NSPInv foi constituída em 29 de maio de 2015. É a uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em São Paulo - SP. A NSPInv possui participação direta nas controladas: NSP (100%), Atvos Agroindustrial Investimentos S.A. – Em recuperação judicial (82,30%) e Braskem (38,38%). Em 31 de dezembro de 2022, a NSPInv possuía passivo a descoberto. Adicionalmente, a participação da Companhia nas perdas acumuladas da NSPInv é superior ao valor contábil do investimento. De acordo com as políticas contábeis relacionada a prática de registro em coligadas, a Companhia não reconhece como passivo, a sua participação nas perdas adicionais oriundas desses investimentos.

Belgrávia Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas e coligadas

	No início do exercício	Aumento capital	Transações de capital (i)	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Variação cambial de investidas no exterior	No final do exercício
Investimentos							
Multitrade TOC	10.757 606.134	57		37 49.161	(252)	(59.256)	10.851 595.787
Subtotal	616.891	57		49.198	(252)	(59.256)	606.638
Provisão para passivo a descoberto							
OIEAM	(1.225)					79	(1.146)
Subtotal	(1.225)					79	(1.146)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	615.666	57		49.198	(252)	(59.177)	605.492
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.380.774)		2.252.170	(175.985)		(79.745)	615.666

i) Em 2021, a administração da OECSA optou pela regularização de saldos entre partes relacionadas, entre transações com entidades sob controle comum, resultando em contribuições de capital por parte dos acionistas com o efeito no patrimônio líquido, vide nota 9 (d).

Belgrávia Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Partes relacionadas

Sociedades do grupo

	Em 31 dezembro 2021	Recursos recebidos	Juros	Varição cambial	Em 31 dezembro 2022
Ativo circulante					
OECI S.A. ("OECI")	6.221				6.221
Total	6.221				6.221
Passivo circulante					
CNO	1.195.575	7.467			1.203.042
CBPO Engenharia Ltda. ("CBPO")	25				25
Multitrade	8.099				8.099
Novonor	108.313				108.313
TOC	98.381			(57)	98.324
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Argentina	115.061		8.942		124.003
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Bolívia	59.367			(3.860)	55.507
OEC Finance Limited (ii)	27.903			(1.814)	26.089
Total	1.612.724	7.467	8.942	(5.731)	1.623.402

- (i) Referem-se à variação cambial sobre ativos e passivos monetários com moeda funcional diferente da Companhia, registrados no Brasil, advinda de operações entre sociedades que fazem parte do mesmo grupo econômico e que estejam sob controle comum para as quais a liquidação não é provável de ocorrer nem está planejada para o futuro previsível, como parte de seu investimento líquido em operações no exterior. As variações cambiais decorrentes desses ativos e passivos monetários são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, em "Ajuste acumulado de conversão" (Nota 9 (b));
- (ii) Em 30 de setembro de 2021 foi celebrado contrato de assunção de dívida, entre a Companhia, OEC Finance Limited ("OEC Finance") e NFL, o qual a dívida da Companhia no montante de US\$5 milhões com a NFL foi assumida pela OEC Finance, com o objetivo de compensar saldos entre empresas do Grupo Novonor. O montante a pagar para a OEC Finance em 31 de dezembro de 2022 é de R\$26.089 com vencimento em setembro de 2026, sem a incidência de juros.

7 Impostos e taxas

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Parcelamento de tributos	12.255	18.065
	12.255	18.065
Passivo circulante	7.742	6.994
Passivo não circulante	4.513	11.071

Belgrávia Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Parcelamento por ano de vencimento

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2022	
2023	7.742
2024	4.513
Total	<u>12.255</u>
Passivo Circulante	7.742
Passivo Não Circulante	4.513
Passivo Total	12.255

(a) Parcelamento Ordinário

A Companhia aderiu a parcelamentos de tributos Federais para quitar débitos de IRPJ e CSLL (em 60 parcelas) no montante de R\$ 31.890, sendo que até 31 de dezembro de 2022, foram quitados o montante de R\$ 21.804 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 15.431). Do saldo remanescente de R\$ 12.255 registrado no passivo, refere-se ao principal no montante de R\$ 10.087 com atualização da Selic Acumulada em R\$ 2.168.

8 Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis

Probabilidade de perda - provável

Em 2022 foi revertida a provisão para perdas fiscais no montante de R\$21.074 em contrapartida da rubrica despesas gerais e administrativas, no resultado do exercício.

A discussão administrativa foi encerrada com despacho desfavorável e na sequência ajuizada medida judicial para discussão da mesma matéria, sendo proferida sentença favorável e suspensa a cobrança do crédito tributário.

Probabilidade de perdas - possível

A Companhia vem discutindo cobranças tributárias no montante de R\$ 107.614 (2021 - R\$ 137.600), para os quais não foi constituída provisão para perdas em face da avaliação dos administradores e de seus assessores jurídicos externos que consideram possíveis as chances de perda.

9 Passivo a descoberto

(a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 867.824 dividido em 199.763.403 ações ordinárias, todas sem valor nominal.

Belgrávia Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

A seguir, demonstramos a movimentação nesta conta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo inicial do exercício		(873.488)	(781.090)
Realização de ajuste acumulado de conversão (i)			(6.652)
Variação cambial de investidas no exterior	5 (b)	(59.177)	(79.745)
Ajuste de variação cambial com investimentos líquido no exterior (ii)		5.422	(6.001)
Saldo final do exercício		(927.243)	(873.488)

- (i) Em dezembro de 2021, refere-se a realização de CTA referente a baixa de investimentos que a Companhia detinha participação no passado: OLEX International Inc. – R\$6.548 e CNO Guatemala – R\$104;
- (ii) Refere-se a variação cambial sobre alguns ativos e passivos monetários com moeda funcional diferente do Real registrados no Brasil, advinda de operações entre sociedades que fazem parte do mesmo grupo econômico e que estejam sob controle comum para as quais a liquidação não é provável de ocorrer nem está planejada para o futuro previsível, como parte de seu investimento líquido em operações no exterior. As variações cambiais decorrentes desses ativos e passivos monetários são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, em “Ajuste acumulado de conversão”.

(c) Lucro (Prejuízo) por ação

A Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação básico, calculado através da divisão do lucro do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Lucro (Prejuízo) do exercício das operações continuadas	59.766	(173.996)
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (em milhares)		
Ações ordinárias	199.763	199.763
Lucro (Prejuízo) por ação (expresso em Reais)		
Ações ordinárias	0,299	(0,871)

Belgrávia Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Transações de capital

Durante o ano de 2021, a Administração da Companhia avaliou juntamente com seus assessores técnico externos a regularização de transações financeiras realizadas entre empresas sob controle comum dentro do Grupo OEC, dentre elas, operações de mútuos, prestações de serviços e/ou compra de equipamentos.

Com o objetivo de reduzir as transações entre as empresas do Grupo OEC, foi efetuado o levantamento de transações que: (i) não há uma expectativa prevista para liquidação; (ii) não são praticadas em condições de mercado; e (iii) refere-se a transações sem movimentação por mais de dois exercícios, sendo avaliada cada transação, quanto a possibilidade de realização por meio da regularização dos saldos entre partes relacionadas, cujas transações são com entidades sob controle comum e que resultam em contribuições de capital por parte dos acionistas, sendo o efeito da realização registrado no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu no patrimônio líquido, por efeito reflexo de investimento em suas controladas, o montante de R\$ 2.252.170, vide nota 5 (b).

10 Receitas (Despesas) gerais e administrativas

	Nota	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2022	2021
Reversão (provisão) de contingências fiscais	8	21.074	(291)
Gastos administrativos		(98)	(91)
		<u>20.976</u>	<u>(382)</u>

11 Resultado financeiro, líquido

	Nota	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2022	2021
Variação cambial nas operações com Partes relacionadas	6	(8.885)	(6.365)
Juros e multas sobre tributos		5	6
Outros, líquido		<u>(1.518)</u>	<u>(798)</u>
		<u>(10.398)</u>	<u>(7.157)</u>

Belgrávia Serviços e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	59.776	(176.872)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(20.324)	60.136
Ajustes para apuração:		
Adições e exclusões, líquidas	20.324	(60.136)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	<u>10</u>	<u>2.876</u>
Efeito do imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>10</u>	<u>2.876</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>10</u>	<u>2.876</u>

13 Eventos subsequentes

Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF")

Em 8 de fevereiro de 2023, foram julgados no Supremo Tribunal Federal os Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) sob o regime de repercussão geral, em que restou definido que decisões judiciais individuais definitivas, ou seja, transitadas em julgado, perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração da Empresa juntamente com seus assessores jurídicos avaliou os possíveis impactos desta decisão do STF, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, e concluiu que não resulta em impactos ou efeitos em suas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022.

* * *